

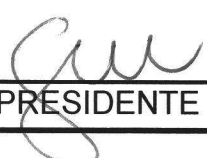


**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo nº 01 – PL 221 de 2018, 031 / 06 / 18 (a)

Kardes Izidoro de Andrade  
Assistente Parlamentar  
SGP-22

|                                                                                                          |                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| <b>LIDO HOJE</b>                                                                                         |                    |
| <b>ÀS COMISSÕES DE:</b>                                                                                  | <b>06 JUN 2018</b> |
| <u>Const. Art. 1º - Parágrafo 1º</u>                                                                     |                    |
| <u>Pol. Adm. - Lei 1.363/17</u>                                                                          |                    |
| <u>Administração Pública</u>                                                                             |                    |
| <u>Saúde - Lei 1.363/17</u>                                                                              |                    |
| <u>Finanças e Contabilidade</u>                                                                          |                    |
| <u> </u>                                                                                                 |                    |
| <u> </u>                                                                                                 |                    |
| <br><b>PRÉSIDENTE</b> |                    |

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

**08 JUN 2018**

  
 Antonio Isoldi Caleari  
 Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA DE SÃO PAULO  
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 08/06/2018 AS 18 hs  
POR BLO

SAÍDA: AS: h ASS:

BRUNO LUCCHETTA  
Técnico Administrativo  
R.E. 11.455



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

Bruno Lucchetta  
RF 11.455

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

**PL 221/18**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o sistema nacional de habitação de interesse social, cria o fundo e o conselho gestor nacional de habitação de interesse social;
- Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o programa minha casa minha vida, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências;
- Portaria Ministério das Cidades nº 595, de 18 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
- Resolução CMH nº 61, de 16 de outubro de 2014, que define critérios adicionais para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, definidos pela Portaria do Ministério das Cidades nº 595/2013;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, especialmente seu Título V, Capítulo III, Da Habitação, artigo 167 e seguintes;
- Lei Municipal nº 10.105 de 02/09/1986, que dispõe sobre a concessão de licença para construção de moradia econômica, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

Bruno Lucchetta  
RF 11.455

-Lei Municipal nº 11.632, de 22 de julho de 1994, que dispõe sobre o estabelecimento de uma política integrada de habitação, voltada à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP, do Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 13.425, de 02 de setembro de 2002, que regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo;

-Lei Municipal nº 13.736, de 13/01/2004, que cria incentivos para a aquisição de imóveis destinados aos programas habitacionais do Município de São Paulo.

-Lei Municipal nº 13.770, de 29/01/2004, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social.

-Lei Municipal nº 14.198, de 01/09/2006, que dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.475, de 11/07/2007 que obriga a publicação em pelo menos 02 jornais de grande circulação da abertura de inscrição para aquisição ou locação de qualquer modalidade de habitação popular, promovida pela Prefeitura do Município de São Paulo e pela Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.360, de 14/03/2011, que Altera a legislação tributária que especifica para conceder benefícios voltados aos empreendimentos habitacionais incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

- Lei Municipal nº 15.720, de 24/04/2013, que Regulamenta a Regularização Fundiária de Interesse Social no Município de São Paulo, de acordo com a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

- Lei Municipal nº 16.006, de 04/06/2014, que Autoriza o Executivo a aportar recursos financeiros, a fundo perdido, para complementação do subsídio destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, objetivando, em parceria com o Governo Federal, ampliar a oferta de moradias à população de baixa renda, nas condições que especifica.

-Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico - especialmente art. 291 e seguintes (habitação social);

-Lei Municipal nº 16.127 de 12/03/2015 que Concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS aos serviços prestados na área de transporte metropolitano, saúde, educação, **habitação de interesse social** e iluminação pública,

C.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO  
PROCURADORIA**

Bruno Lucchetta  
RF 11.455

por meio de parceria público-privada, ao serviço de transporte público de passageiros realizado pelas empresas que exploram o sistema metroviário no Município de São Paulo, e aos serviços prestados por organizações sociais por meio de contrato de gestão com o Poder Público, bem como remite créditos tributários e anistia infrações tributárias, nos termos e condições que especifica.

-Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico (PDE);

-Lei Municipal nº 16.544 de 20/09/2016 que Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Mobilização e Luta por Habitação de Interesse Social - HIS, e dá outras providências.

-Lei Municipal nº 16.587, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a autogestão na moradia, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.642, de 09 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013;

- Lei Municipal nº 16.735, de 01/11/2017, que Institui o Programa Casa Paulistana e dá outras providências.

-Lei Municipal nº 16.737, de 01/11/2017 que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana Municipal para Conscientização e Prevenção Contra Desastres Associados a Fenômenos Naturais e à Ocupação Urbana, a ocorrer anualmente na segunda semana do mês de outubro, e dá outras providências.

-Lei Municipal nº 16.803 de 17/01/2018 que dispõe sobre a regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais promovidos pelo Poder Público no Município de São Paulo, e dá outras providências.

-Lei Municipal nº 16.824 de 06/02/2018 que Autoriza a criação do Banco Municipal de Materiais de Construção e dá outras providências.

- PL nº 44/2017, que dispõe sobre doação com encargo à administração municipal de terrenos para edificação de habitações de interesse social e habitações para mercado popular.

- PL nº 619/2017, que altera a redação da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o imposto sobre transmissão de bens "inter vivos", com as alterações posteriores, para conceder isenção em caso de regularização fundiária, e dá outras providências.

C.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

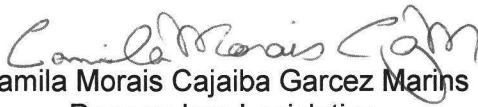
Bruno Lucchetta

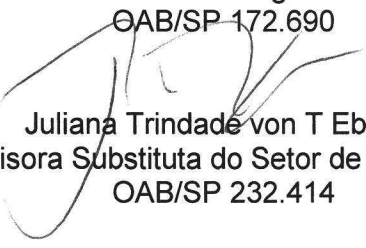
RF 11.455

- PL nº 621/2017, que estabelece normas especiais para reforma de imóveis na área central destinados à habitação de interesse social e mercado popular e dá outras providências.
- PL nº 224/2018, que dispõe sobre o direito da pessoa travesti ou transexual ao nome social da inscrição dos programas de habitação popular no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL nº 234/2018, que autoriza a prefeitura a instituir a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências.
- PL nº 316/2018, que institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências.
- PL nº 339/2018, que dispõe sobre o programa municipal de assessoria técnica para regularização fundiária de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fl. 03.

São Paulo, 29 de junho de 2018.

  
Camila Moraes Cajeiba Garcez Marins  
Procuradora Legislativa  
OAB/SP 172.690

  
Juliana Trindade von T Eberlin  
Procuradora Supervisora Substituta do Setor de Pesquisa e Análise Prévia  
OAB/SP 232.414